

Arquitetura da Informação para o Diálogo Governo-Cidadão através da Rede

Maria Célia Furtado Rocha (mariacelia.rocha@prodeb.ba.gov.br)

Mestre em Administração

PRODEB – Cia. de Processamento de Dados do Estado da Bahia

Sumário

A comunicação bidirecional exigida pelos requisitos democráticos da comunicação governo-cidadão desafiam a comunidade que concebe sítios governamentais numa grande diversidade de aspectos. Requisitos de eficácia na comunicação web tradicionalmente já cobravam, a favor da usabilidade dos sítios, clareza e simplicidade de escrita, coerência dos conteúdos, facilidade de navegação, legibilidade e facilidade de encontrar a informação desejada.

Diálogo e participação pública, aliados à capacidade de interação promovida pela Web 2.0, incluindo a possibilidade de o usuário aportar voluntariamente informação geográfica, agregam a esses requisitos a necessidade de prover recursos para diversos e imprevistos percursos de leitura nesse grande hipertexto multimídia da cultura contemporânea no qual a Internet se constitui, que favoreçam a comunicação do usuário em muitas direções.

O presente artigo apresenta, primeiramente, as motivações que levaram à proposição do projeto de pesquisa “Internet e Interatividade para a Participação Pública”, o qual pretende estabelecer princípios e definições para projetos de sítios web que estimulem a participação pública através da ampliação do diálogo entre administração pública e cidadãos acerca de ações sobre o território. Fornece, em seguida, o enquadramento conceitual da comunicação governo-cidadão, a que se chegou a partir das primeiras leituras e discussões realizadas pelo grupo de pesquisa, que conduz provisoriamente aos caminhos de investigação que se pretende tomar a partir daqui.

Palavras-chave

Participação Pública; Informação Geográfica; Governo 2.0; Web 2.0

1. APRESENTAÇÃO

Como a AI pode contribuir para a comunicação governo-cidadão? Mais: como a AI pode apoiar a promoção e ampliação da Participação Pública através da Internet? Essas são duas das perguntas que o projeto de pesquisa “Internet e Interatividade para a Participação Pública” busca responder.

O projeto de pesquisa, coordenado pela Cia. de Processamento do Estado da Bahia (PRODEB) e executado em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBa), pretende estabelecer princípios e definições para a elaboração de projetos de sítios web que estimulem a participação pública através da ampliação do diálogo entre administração pública e cidadãos acerca de ações sobre o território. Conta com apoio da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do CNPq, no âmbito do Edital Bahia Inovação 002/2008 – Modalidade Pesquisadores nas Empresas.

Algumas das atividades previstas iniciaram-se em fevereiro de 2009, entre elas a revisão de literatura, além de atividades de documentação e difusão, tendo sido realizados dois workshops até o mês de junho de 2009, que trataram principalmente dos seguintes assuntos: “Internet e Interatividade” e “Interatividade e Governo”.

O presente artigo apresenta primeiramente um breve quadro das motivações que levaram à proposição do projeto de pesquisa; fornece, em seguida, um enquadramento conceitual elaborado a partir das primeiras leituras e discussões realizadas, que conduz provisoriamente aos caminhos que se pretende tomar a partir daqui.

2. INTRODUÇÃO

Questões de usabilidade, simplificação da linguagem e muitos outros aspectos de projeto de sítios web já vêm sendo tratados na literatura. Entretanto, uma vez introduzida a noção de governança nos anos 90 do século XX, tornaram-se cada vez mais imperiosas iniciativas para a melhoria do relacionamento entre administração pública e cidadãos no

âmbito do ambiente informativo digital. Isto porque um diálogo mais profícuo entre esses entes passou a ser imprescindível para que o Estado desempenhe seu novo papel de coordenar vozes de atores sociais distintos, num contexto em que os processos participativos são estimulados.

Nesse sentido, a orientação que vem sendo dada pelo governo brasileiro para a promoção da inclusão digital da grande maioria da população ainda distante do acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) reforça a necessidade de adaptação de sítios governamentais, que devem ser de fácil entendimento, visualmente padronizados, ter boa navegabilidade e legibilidade, por serem uma das principais portas de acesso para um novo perfil de público usuário.

Alie-se a isso a idéia disseminada através de ferramentas como a Wikipedia de que a participação individual pode gerar sabedoria coletiva, e nos encontramos diante de extensas possibilidades de uso de diversos canais para viabilizar um cenário desafiador de incremento da participação na vida pública. Ainda mais, contando agora com o aporte da informação geográfica (IG) gerada pelo usuário, dada a inegável popularização decorrente da possibilidade de interagir com sedutoras imagens da Terra propiciada por ferramentas Google, dentre outras.

Nesse contexto, a PRODEB, Cia. de Processamento de Dados do Estado da Bahia, empresa que tem sua maior clientela nos órgãos da administração pública, deve dar um passo à frente nos projetos de sítios web que já desenvolve. Deve agora se apropriar e sistematizar o conhecimento na aplicação de mecanismos de interação através da Internet, produzindo em parceria com a academia um sítio experimental e um guia para projetos de sítios destinados à participação pública em ações envolvendo o uso de informações geográficas (IG).

3. ANTECEDENTES

Diversas feições da participação vêm sendo colocadas desde que se instaurou o movimento pela Reforma do Estado, nos anos 80. Na década de 90, o Banco Mundial coloca a noção de governança como meio de assegurar a eficiência do setor público. Outras visões, opondo-se à idéia de participação restrita apenas ao papel de cliente ou consumidor de serviços, relevam ainda mais a inclusão de novos atores no processo de tomada de decisão, buscando novas formas de interação Estado/sociedade como instituições complementares para

encontrar soluções para questões cada vez mais vistas como coletivas e não exclusivas dos governos (Souza, 1996, *apud* Silva, 2000).

Por essa via, a noção de governança supera o tom normativo do Banco Mundial em favor de visões mais engajadas no sentido do compartilhamento do poder e enfatizam a interdependência entre os atores, pois nenhum ator isolado, público ou privado, tem total conhecimento ou informação necessária para solucionar problemas complexos, dinâmicos e diversificados (Silva, 2000).

Segundo Debernardi e Rosso (2007), definitivamente as atividades de governança derivam e se constroem no compartilhamento dos fins e dos interesses das ações. O Estado assume, então, a função de pilotar e coordenar os interesses em jogo, devendo encarregar-se também da definição do contexto no qual inserir os processos participativos, do estímulo e do acompanhamento das ações, da resolução de eventuais conflitos entre atores envolvidos, etc. (Debernardi; Rosso, 2007).

Em muitos países, o cidadão comum é chamado a participar do planejamento urbano, juntamente com técnicos e políticos, tanto de maneira isolada como através de seus grupos representativos (Laurini, 2001). Além de meramente exercer o direito à informação e de dar opiniões quando consultado, o público pode chegar a participar da tomada de decisão em variados graus: definindo questões de interesse, analisando os impactos das decisões, recomendando soluções e, finalmente, sendo até capaz de impedir a execução da intervenção proposta (Laurini, 2001). Nesses países, têm sido propostos sistemas informatizados para dar suporte à comunicação e interação entre os atores do processo de planejamento – técnicos, políticos e cidadãos – e propiciar a exploração e análise do espaço físico (Laurini, 2001).

Esses sistemas provêm a visualização da área em discussão através de diferentes mídias (mapas, fotos, dados temáticos), na tentativa de construir uma compreensão coletiva das suas características. Além disso, auxiliam a simulação de situações futuras, com o uso de realidade virtual, entre outras formas de representação do espaço (Laurini, 2001).

Entre as iniciativas do governo brasileiro que reforçam a interação governo-cidadão, pode-se citar documento divulgado na Sexta Oficina de Inclusão Digital realizada em Salvador em novembro de 2007 (<http://oficina.inclusaodigital.gov.br/>). Esse documento, elaborado por comissão integrada, entre outros, pelo secretário-adjunto de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, refere-se

explicitamente à necessidade de criação de grupos multidisciplinares para o estudo de soluções voltadas para a adequação de sítios governamentais às necessidades comunitárias. Seus autores reforçam a necessidade de adequação da estrutura informacional em favor da legibilidade dos sítios governamentais, os quais devem se configurar com uma das principais portas de acesso para um novo perfil de público usuário pouco proficiente nas ferramentas digitais (Capítulo V, item 107).

No capítulo dedicado ao direito à informação, esse documento reafirma a dialogia da comunicação, ao mesmo tempo circulação de informações e produção de conhecimentos, para, em seguida, convocar à identificação das demandas de informação, conhecimentos e comunicação das comunidades, com o objetivo de potencializar a participação local no processo de construção colaborativa e disseminação de conhecimentos e tecnologia (Capítulo II, item 72).

O Estado, em todas suas instâncias, se vê desafiado a se apropriar dos benefícios das novas aplicações de TIC, a utilizá-las para se reestruturar de modo a desempenhar novas e antigas funções e prover serviços de maneira eficiente, reforçando a cidadania e contemplando a transparência e a participação política. Em se tratando de participação pública na tomada de decisão, é preciso utilizar novos recursos para: prover uma visão da intervenção proposta sobre o território; possibilitar o aumento do conhecimento sobre as conseqüências de escolhas pessoais e de representantes das comunidades envolvidas; permitir a expressão e construção colaborativa do conhecimento.

O uso das TIC como suporte à participação permitirá a criação de novos espaços e recursos e complementar os já existentes. Todavia a participação pública em processos de planejamento ou de e-governo não se pode resumir a apertar um botão em uma interface digital. O uso de tecnologia em um processo mal concebido provavelmente não acrescentará muito à participação e pode, inclusive, conduzir a piores resultados.

4. INTERNET, INTERATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO

Na interessante discussão que faz Sara Monaci em seu livro *La Conoscenza On line: Logiche e strumenti* (2008) sobre o papel que assume a Rede enquanto interface cultural dominante capaz de mediar conosco as fontes de cultura, informação e saber, a autora retoma a idéia de espaço de fluxos apresentada por Castells em 1996 para colocar a Internet como infraestrutura fundamental e fator central do novo espaço social. Espaço de fluxos atemporais,

na visão de Castells, onde o tempo social é constantemente renegociado e reconfigurado segundo as exigências contingentes e onde a precisão e a convergência sobre o momento dado prevalecem sobre os esquemas fixos e repetitivos do tempo histórico dos lugares (Monaci, 2008).

Apoiando-se nesse autor, diz:

O grande hipertexto multimídia da Internet representa a dimensão espacial heterogênea e fragmentada da cultura contemporânea. Tal espaço supera em extensão qualquer patrimônio jamais tornado acessível ao gênero humano e a eficiência de seus instrumentos de recuperação permitem acesso imediato a ele. (Monaci, 2008; tradução da autora)

E, prosseguindo, assume a definição da Internet enquanto criação cultural na qual os usuários jogam um papel cada vez mais importante na criação de novas modalidades de gestão e compartilhamento do conhecimento.

Em sua origem, a Internet funda-se na excelência acadêmica, na revisão por pares, na transparência dos procedimentos e no compartilhamento dos resultados – requisitos indispensáveis para o enriquecimento e a melhoria da pesquisa (Monaci, 2008).

Aliando-se o espírito de compartilhamento e de colaboração à liberdade criativa típica da cultura hacker, voltada para a experimentação, obteve-se uma sinergia de fatores que foram decisivos para a realização e difusão desta inovação tecnológica (Monaci, 2008).

Se a cultura hacker forneceu o fundamento tecnológico da Internet, a cultura comunitária forjou as formas sociais, os processos e os usos, inspirada em valores relacionados à comunicação livre e horizontal, à busca autônoma em prol dos próprios interesses à idéia de comunidade online enquanto instrumento de organização, de ações coletivas e de construção de significado (Monaci, 2008).

Na fase atual, a experiência em rede adensa-se, multiplica-se o número de usuários autodidatas que, através dela, experimentam, colaboram, desenvolvem relacionamentos e práticas sociais de elaboração e construção do conhecimento. Para tanto utilizam-se de serviços e de aplicações filiados à web 2.0, que se caracterizam por uma aproximação a partir “de baixo”, entre as quais se encontram o blog, as redes sociais e os wikis (Monaci, 2008).

Segundo a autora:

No interior desses ambientes prevalece a idéia de conhecimento como diálogo, troca e reelaboração compartilhada. Herdeira da comunidade virtual típica da origem da web, as expressões da Web 2.0 se inspiram numa filosofia open source e fazem da transparência, da lógica da troca e compartilhamento do conhecimento o princípio regulador da participação e da experiência dos ambientes online. (Monaci, 2008, tradução da autora)

No contexto de constituição da Rede como interface cultural dominante, com sua dupla natureza de arquivo e meio de comunicação, como quer Monaci (2008), governos passam a fazer uso desses elementos de interação para incrementar sua comunicação, seja para informar, prestar serviços ou travar diálogo com os cidadãos.

Exemplos do que alguns vêm chamando de Governo 2.0 começam a aparecer mais e mais rapidamente, principalmente depois do uso dado por Obama não apenas na campanha presidencial dos Estados Unidos, mas também uma vez conduzindo aquele país. É o que mostra a pesquisa realizada pela Terraforum no trabalho intitulado *Governo 2.0 – Inclusão, participação e inovação como estratégia* (Terraforum, 2009).

Assim, vemos a Casa Branca, com seu *Open for Questions* (www.whitehouse.gov/OpenForQuestions/) permitir que o usuário coloque questões, que outros usuários a elas se afilem, de modo que um ranking vai se formando para perguntas por assunto. As mais votadas serão examinadas pelo presidente.

O estudo da Terraforum apresenta outros exemplos de uso da Web 2.0 por governos. É o caso do Canadá (<http://news.gc.ca>), que permite a customização de feeds para leitores RSS, por audiência, assunto, localização, etc.; da Greater Manchester Police (www.gmp.police.uk/live), que fornece vídeos no YouTube com orientações à população; da Coreia (<http://www.epeople.go.kr>), que oferece um canal para o envio e acompanhamento de petições e alguns instrumentos de participação na discussão política, através da Internet.

No início de junho de 2009, o prefeito de São Francisco (Califórnia) anuncia que os cidadãos daquela cidade podem utilizar o Twitter para requisitar serviços ou fazer reclamações relativas, por exemplo, à coleta de lixo, limpeza de ruas e muros, inclusive com envio de fotografias via celular. Na ocasião, o CIO e o diretor executivo do Departamento de Tecnologia diziam acreditar ser esta a primeira cidade dos Estados Unidos (se não do mundo) a combinar essa tecnologia interativa com um Call Center em uma nova forma de se comunicar diretamente com os cidadãos e através de telefone móvel (www.govtech.com/gt/articles/693142?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=GTEN_2009_6_4).

No Brasil, o governo de Santa Catarina inovou ao utilizar uma série de aplicativos colaborativos no âmbito do projeto SC 2.0, lançado em julho de 2008, tendo sido premiado por essa e outras iniciativas no CONIP 2009 – 15º Congresso de Inovação e Informática na Gestão Pública, realizado em São Paulo, em junho de 2009 (<http://egovblog.ciasc.gov.br/2009/06/25/governo-do-estado-recebe-premio-pelo-uso-inovador-de-tecnologia-da-informacao-2>).

Outras administrações públicas brasileiras tratam de interagir com o cidadão, caso da Biblioteca de SP (www.bibliotecavirtual.sp.gov.br), também examinada na citada pesquisa realizada por Terraforum, e que se constituiu num serviço de informação a qualquer usuário de sites e do portal do governo paulista, ora respondendo diretamente ao usuário, ora encaminhando as mensagens aos órgãos responsáveis.

No Estado da Bahia, a assessoria de comunicação do governo também posta vídeos no YouTube e possui perfil no Flickr e Twitter para comunicar suas iniciativas (www.comunicacao.ba.gov.br/), mas essa prática ainda não está disseminada na administração pública estadual.

Em se tratando de uso de informações geográficas no diálogo governo-cidadão, o projeto de pesquisa aqui apresentado levantou alguns exemplos de interação via Rede, parte deles, os que permitem maior grau de interação, provenientes de outros países. É caso do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Berlim, que publica, entre outros, planos e mapas online para o uso do solo, e recebe comentários também através seu site (www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/fnp/index_en.shtml). Ou a Cidade de Toronto, que também publica planos e recebe comentários dos cidadãos via formulário online (www.toronto.ca/planning/community.htm).

Possibilidades de uso mais interativo da informação geoespacial no planejamento de ações sobre o território vêm sendo testadas, caso de Salzburgo, Áustria, eleita para o primeiro projeto piloto de Cidade Digital realizado pela Autodesk, destinado a prover um ambiente colaborativo para visualização, análise e simulação de impactos de planejamento urbano. Segundo a revista GIM International, uma Cidade Digital permite ao público, governo e comunidades voltadas a negócios colaborarem para entender como diferentes propostas podem ter impacto sobre o ambiente urbano através da experiência com o futuro da cidade,

antes que este se torne real (<http://www.gim-international.com/news/id3180-Salzburg, Austria, First Pilot City of Autodesk Digital Cities Initiative.html>).

Ainda longe desse exercício que envolve maior capacidade de processamento e uso de tecnologias mais complexas, mas ainda no contexto da Web 2.0, uma série de aplicativos surgiu para permitir aos usuários fornecerem dados e contribuir para a descrição de localidades. É o caso do MapTube (<http://www.maptube.org/map.aspx?mapid=195>), site para compartilhamento sem custo de mapas temáticos proposto pelo Centre for Advanced Spatial Analysis da University College London (Hudson-Smith, 2009), e do Wikimapia, que fornece recursos de edição para o mapeamento colaborativo. Um exemplo interessante é o Citix (<http://citix.terra.com.br>), aplicativo desenvolvido pelo C.E.S.A.R. – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, com apoio Ministério Público Federal (MPF), em Pernambuco, que permite a geocodificação de eventos e inclusão de relatos pelos usuários do que está acontecendo na Cidade do Recife.

E aqui passamos a falar de “informação geográfica de contribuição voluntária”, uma tradução possível para *volunteered geographic information* (VGI), termo cunhado por Goodchild (2007) para um caso particular, como diz o autor, de um fenômeno mais geral de conteúdo gerado pelo usuário no âmbito da web.

5. COLABORANDO PARA O DESENHO DO MUNDO

Em 2007, o *GeoJournal* publica um artigo de Michael F. Goodchild (2007) acerca do crescente engajamento de grande número de indivíduos na criação de informação geográfica, independentemente da sua qualificação formal.

A contribuição do Google para esse processo de “democratização do geoprocessamento” é inegável, à medida que, além da informação geográfica, tornou disponível, uma série de funcionalidades antes só veiculadas em software SIG (Sistemas de Informações Geográficas) sofisticados e pouco acessíveis, seja pelo custo, seja pela qualificação exigida.¹

Esse fato, segundo Goodchild (2007), permitiu o crescimento da VGI, juntamente com:

¹ Em seu artigo, Goodchild (2007) comenta que o Google Earth e o Google Maps popularizaram o termo *mash-up*, a capacidade de superpor informações geográficas provenientes de várias fontes distribuídas na web, a maioria delas criadas por amadores.

1. a possibilidade aberta pela Web 2.0 de usuários aportarem registros a bases de dados e editarem conteúdo criado por outros usuários;
2. a possibilidade de conhecer-se o posicionamento na superfície terrestre de objetos e eventos, mediante a obtenção de coordenadas em sistemas padrão, com instrumentos cada vez mais acessíveis, caso do GPS (Global Positioning System);
3. a difusão da Internet com capacidade de oferecer visualização dinâmica de objetos tridimensionais.

Os que aportam informação geográfica voluntariamente passam então a contribuir, muitas vezes sem treinamento ou conhecimentos técnicos, para a montagem de uma lista de nomes geográficos (*gazetteer*) no Wikimapia e para descrever cidades inteiras, localidades, prédios, pontos de interesse, tudo que possa ser definido no espaço através de coordenadas geográficas.

O OpenStreetMap é exemplo de experiência bem-sucedida de dados geográficos fornecidos voluntariamente para a construção colaborativa de mapa. A proposta do OpenStreetMap é construir um mapa do mundo que pode ser usado por todos e, sobretudo, agregar dados de pessoas de qualquer parte do mundo numa base de dados geográficos única (<http://www.openstreetmap.info/>).

Segundo Goodchild (2007), o fenômeno da produção a baixo custo de informação geográfica declarada pelo seu criador, sem qualquer citação ou referência a outra autoridade, tem o potencial de redefinir o papel das tradicionais companhias e agências de mapeamento, e mesmo o papel tradicionalmente atribuído ao especialista responsável pela criação de mapas.

O processo de adquirir, compilar, imprimir e disseminar a informação geográfica é custoso, o que favorece, inevitavelmente, a produção, por aquelas agências, de tipos de informações com menor necessidade de atualização e que tenham múltiplas aplicações (Goodchild, 2008). A existência de gaps na cobertura das informações geográficas providas dessa maneira é inevitável, segundo o autor (Goodchild, 2008). O Brasil é certamente exemplo disto, com as dificuldades que enfrentamos de acesso a dados, em sua grande maioria desatualizados.

Por seu lado, as ferramentas de mapeamento de uso livre disponíveis hoje na Internet deram ensejo ao nascimento de comunidades dos chamados neogeógrafos, uma vez que as qualificações anteriormente exigidas para a produção de mapas estão agora no próprio software (Goodchild, 2008). Como diz Goodchild (2008): alguém que utilize ferramentas Google não precisa tomar decisões acerca de fontes, simbolizações, projeções ou outros aspectos relacionados à prática cartográfica, uma vez que as decisões foram tomadas quando o software foi projetado.

A validação da informação aportada por voluntários pode se dar através do consenso da comunidade, obtido pelo monitoramento de outros voluntários, que podem editar a informação. No caso do OpenStreetMap, ruas, rios e estradas obtidos por determinado voluntário devem se compatibilizar (*edgematch*) com as informações coletadas por outros, e os nomes devem ser consistentes entre si, o que, segundo Goodchild (2008), proporcionaria certo grau de controle de qualidade.

Para este autor, dadas as mudanças tecnológicas, parece já não ser necessário ter perícia em cartografia, ou na operação de instrumentos complexos de medição, nem mesmo familiaridade com a matéria mapeamento – e não apenas para a produção de informação geográfica simples como nomes de lugares (Goodchild, 2008).

Se, em razão de economias de escala, a centralização da coleta de dados torna-se crucial, caso de determinados tipos de informação geográfica obtidos por sensoriamento remoto, por sua vez, outros tipos de dados não são coletados remotamente e exigem consulta local. Aqui reside, segundo Goodchild (2008), a arena primordial da informação geográfica coletada voluntariamente.

Para o futuro, Goodchild (2008) prevê que os cidadãos sejam diretamente envolvidos na criação daquela geoinformação que não pode ser obtida através de sensores remotos. Ele prevê que estarão mais disponíveis novos tipos de informação associadas a aplicações específicas, em lugar de produtos mais genéricos como mapas de solo. Para ele, os cidadãos estão particularmente em posição privilegiada para identificar erros e informar mudanças agilmente (Goodchild, 2008).

6. REQUISITOS DEMOCRÁTICOS DA INTERAÇÃO ESTADO-CIDADÃO

No contexto aqui apresentado, em que a tecnologia dá suporte ao desenvolvimento de aplicações da e-democracia com uso da IG, o governo se vê desafiado a dela se apropriar, não apenas para informar, mas também para dialogar e permitir a participação ativa do cidadão, seja no planejamento, seja no acompanhamento e gestão de ações sobre o território. Assim, somos estimulados a refletir sobre os usos da Web 2.0 para apoiar processos de participação pública nos destinos da cidade, do estado, e até mesmo do país, em particular na comunicação, diálogo e tomada de decisão acerca de ações, naturalmente tomando a informação geográfica como recurso.

Desde suas atividades iniciais, entre fevereiro e junho de 2009, a equipe do projeto iniciou a revisão de literatura, e permanecerá ainda algum tempo aprofundando o conhecimento e avaliando experiências nacionais e internacionais em interatividade em sítios web. Em seguida procederá à construção do guia para a elaboração de projetos de sítios, que será validado através do desenvolvimento e implantação de um sítio experimental. Assim, colocaremos à prova a adequação das orientações, tomando por base a avaliação do comportamento e do uso do sítio experimental por público a ser definido.

Os achados da pesquisa têm sido difundidos em workshops e podem ser acessados via blog – www.2i2p.ba.gov.br.

No primeiro workshop, realizado em abril/09, estabelecemos contato com tipos, graus e mecanismos de interação utilizados para estabelecer a comunicação entre governo e cidadão (www.2i2p.ba.gov.br/workshop/interatividade).

Naquele momento, assumimos provisoriamente a seguinte definição de interatividade: a disposição ou predisposição para mais interação, para uma hiper-interação, para a bidirecionalidade, para a participação e intervenção (Silva, 1998). E nos familiarizamos com o conceito de geovisualização, método e abordagem para a visualização de dados geográficos, que se utiliza de sistemas que incorporam e combinam diversos tipos de interatividade, para permitir a exploração de padrões, elaboração de hipóteses, reconhecimento de conexões, identificação de tendências (www.2i2p.ba.gov.br/notas-tecnicas/geovisualizacao).

Então nos apoiamos numa tipologia de geovisualização formulada Crampton (2002) para estabelecer um primeiro quadro conceitual a partir do qual enquadrar os diversos graus de interação do usuário com a informação geográfica (IG), a seguir:

- a) interação com a representação do dado (mudança de ponto de vista, zoom, alteração de escala ou da fonte de luz, entre outras),
- b) interação com a dimensão temporal (evolução ou mudança de localização de um evento no tempo),
- c) interação com o próprio dado (aplicação de filtros, realces, etc.) ,
- d) interação com o contexto (múltiplas visões, justaposição de camadas de informação, por exemplo).

No segundo workshop, em maio/09, focamos mais nas iniciativas de governo no sentido de alcançar o cidadão (www.2i2p.ba.gov.br/workshop/participacao). Nesse momento, houve ainda duas apresentações relacionadas diretamente às atividades desenvolvidas pela PRODEB: uma sobre como a empresa vem desenvolvendo portais para os órgãos da administração pública estadual, outra sobre os avanços no uso de mecanismos Web 2.0 experimentados na comunicação interna desta companhia.

Retomando a questão de pesquisa, neste workshop, Pereira (2009) apresentou os requisitos democráticos que o Estado historicamente deve atender: o da publicidade – o Estado deve tornar-se mais visível para o cidadão –, o da responsividade – o Estado deve estabelecer uma comunicação mais dialógica com o cidadão – e o da porosidade – o Estado deve tornar-se mais suscetível à opinião do cidadão.

Segundo Pereira (2009) tais requisitos podem ser mediados através de relações ou formas comunicativas que vão desde uma relação simples, mais informativa, até uma relação complexa, mais argumentativa. E prosseguiu formulando um plano geral de qualificação dos mecanismos utilizados pelo Estado para estabelecer sua comunicação com o cidadão através da Rede (www.2i2p.ba.gov.br/wp-content/uploads/2009/05/requisitos_democraticos.pdf).

O plano apresentado pelo autor foi utilizado como base para o enquadramento da comunicação do governo com uso da IG, segundo os três requisitos democráticos citados (www.2i2p.ba.gov.br/wp-content/uploads/2009/05/ig-e-participacao_introducao3.pdf).

A Tabela 1 apresenta exemplos de mecanismos de interação utilizados no relacionamento Estado-cidadão. Os requisitos democráticos e os tipos de relação comunicativa que aí aparecem fornecem o primeiro enquadramento conceitual que o projeto de pesquisa utilizará para se apropriar dos mecanismos Web 2.0, assim como os recursos que favorecem aqueles tipos de interação com a IG levantados no primeiro workshop. A partir disso, o projeto buscará reforçar a perspectiva bottom-up propiciada pelas novas tecnologias, caso da “informação geográfica de contribuição voluntária” que acabamos de discutir, em que o input da informação provém não necessariamente do Estado, mas também dos próprios cidadãos.

Tabela 1 - Exemplos de mecanismos de interação na comunicação Estado-cidadão

Requisito democrático Relação comunicativa	Publicidade Tornar o Estado mais visível ao cidadão	Responsividade Tornar o Estado mais dialógico com cidadão	Porosidade Tornar o Estado mais susceptível ao cidadão
Utilitária Relação instrumental	Ferramentas de busca, mapa do site, índices remissivos, manual de uso do portal	Serviços possíveis de serem realizados através da comunicação mediada, emissão de documentos burocráticos, pagamento online	Ferramentas de coleta de preferências de perfis ou dispositivos de monitoramento do usuário na rede
	Localização de equipamentos e serviços (mapas estáticos e mapas interativos)		
Informativa Informação enquanto mensagem	Notícias, propagandas, informativos, diário oficial	Ferramentas de e-mail, formulário para tirar dúvidas ou solicitar resposta, ou até mesmo chats com este mesmo fim, desde que sejam privados (ou seja, entre o indivíduo e o agente)	Sondagens de opinião ou questionários de marcação objetiva e mecanismos afins
	Localização de equipamentos e serviços (mapas estáticos e mapas interativos)		

Tabela 1 - Exemplos de mecanismos de interação na comunicação Estado-cidadão
(continuação)

Requisito democrático Relação comunicativa	Publicidade Tornar o Estado mais visível ao cidadão	Responsividade Tornar o Estado mais dialógico com cidadão	Porosidade Tornar o Estado mais susceptível ao cidadão
Instrutiva Objetivo didático-instrutivo	Textos ou ferramentas sobre história e organização da instituição, hotspots educativos para crianças, páginas que esclareçam o funcionamento, organização, administração	Fóruns online, chats ou listas de discussão públicos voltados para esclarecer uma campanha, projeto, ação ou o próprio funcionamento do Estado	Formulários online ou ferramentas similares voltados para colher a opinião textual (explicada) do cidadão sobre um projeto, uma ação ou uma atividade do Estado
	Apresentação de planos e projetos (mapas estáticos e mapas interativos)	Apresentação de alternativas (mapas estáticos, mapas interativos, modelos 3D)	Eleição de alternativas (mapas estáticos, mapas interativos, modelos 3D, simulação)
Argumentativa Discursivamente estruturado	Textos ou ferramentas na forma de documentos, relatórios, dossiês, programas, balancetes, prestação de contas, documentos integrais sobre ato do agente do Estado	Fóruns online, chats ou listas de discussão públicos ou outras ferramentas dialógicas de cunho deliberativo, ou seja, que tenham uma decisão ou um conflito de fundo e que o Estado se prontifique a dar justificativas ou razões públicas sobre o tema	Formulários online ou ferramentas similares voltados para colher propostas discursivamente estruturadas que visam subsidiar e a serem levados em conta no processo de produção da decisão política
	Apresentação de planos e projetos (mapas estáticos e mapas interativos)	Apresentação de alternativas (mapas estáticos, mapas interativos, modelos 3D)	Eleição de alternativas (mapas estáticos, mapas interativos, modelos 3D, simulação)

Tabela 1 - Exemplos de mecanismos de interação na comunicação Estado-cidadão
(continuação)

Requisito democrático Relação comunicativa	Publicidade Tornar o Estado mais visível ao cidadão	Responsividade Tornar o Estado mais dialógico com cidadão	Porosidade Tornar o Estado mais susceptível ao cidadão
Imperativa Mensagem enquanto ordem, tomada de decisão	-	-	Voto, plebiscito, referendo mediados por ferramentas de comunicação
			Construção de alternativas (mapas estáticos, mapas interativos, modelos 3D, simulação)

Embora a interação aumente à medida que a comunicação se desloca da esquerda para direita e de cima para baixo nesta tabela, vale dizer que os papéis democráticos não são hierárquicos, antagônicos ou concorrentes. Assim também, em determinados casos, um mesmo objeto ou ferramenta de comunicação pode desempenhar um, dois ou três papéis, sustentando diversas relações comunicativas simultaneamente. O princípio é o seguinte: quanto maior a diversidade, mais completa se tornará a comunicação política.

A comunicação bidirecional exigida pelos citados requisitos democráticos desafiam a comunidade que concebe sítios governamentais numa grande diversidade de aspectos. Requisitos de eficácia na comunicação web tradicionalmente já cobravam, a favor da usabilidade dos sítios, clareza e simplicidade de escrita, coerência dos conteúdos, facilidade de navegação, legibilidade e facilidade de encontrar a informação desejada (Fiorentino, 2007). Diálogo e participação pública, aliados à capacidade de interação promovida pelas novas tecnologias, agregam a esses requisitos a necessidade de prover recursos para diversos e imprevistos percursos de leitura nesse grande hipertexto multimídia da cultura contemporânea no qual a Internet se constitui, que favoreçam a comunicação do usuário em muitas direções.

E aqui a Web 2.0 aporta sua contribuição ao fenômeno, do qual o *volunteered geographic information* (VGI) é parte, que se associa à transição que a sociedade vem fazendo em sua visão do papel da informação pública, como defende Goodchild (2008).

7. IMPLICAÇÕES DA ABORDAGEM PARA A ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

Neste ponto, retomamos a questão inicial desse artigo: como pode a AI contribuir para promover a informação, diálogo e participação na comunicação governo-cidadão, através da Internet?

Uma primeira resposta, na perspectiva desta pesquisa, já pode ser encontrada no enquadramento da relação comunicativa governo-cidadão nos requisitos democráticos, conforme apresentado por Pereira (2009). Sendo assim, a informação veiculada em sítios da administração pública deve ser organizada vis-à-vis os papéis democráticos que se espera que o Estado desempenhe.

Mas também se deve tirar partido da bidirecionalidade característica de sistemas interativos, propiciada pelos instrumentos de colaboração aportados pela Web 2.0, para dar ao cidadão a prerrogativa de abrir seus caminhos de acesso à informação e de tomar a iniciativa no diálogo, não apenas com o Estado central, mas com a comunidade que tem interesse em participar de decisões sobre o futuro do território. Assim, permitir ao usuário registrar seus próprios percursos de leitura e classificar o conhecimento expresso, ou mesmo criado, no sítio constitui-se um dos aspectos centrais do projeto.

Luca Rosati (2007) afirma que a classificação do conteúdo dá ensejo à inovação, uma vez que, pelo seu valor heurístico, ajuda a estabelecerem-se novas relações. Para ele, cada arquitetura informativa possui dois eixos fundamentais: um vertical (ou paradigmático), que representa a relação hierárquica que cada elemento mantém com os outros, e um eixo horizontal (ou sintagmático), que representa relações de contigüidade semântica entre os elementos do sistema (Carcillo; Rosati, 2007).

Segundo Rosati (2007), esse segundo eixo tem papel importante porque permite ou potencializa um tipo de pesquisa evolutiva típica da web, muito útil para:

- a) identificar outros elementos de tipo similar que podem ser de ulterior interesse (inicialmente não previstos/procurados),
- b) corrigir o curso da pesquisa, no caso em que o elemento obtido não é propriamente aquilo buscado, ou no caso em que, a partir da própria pesquisa, surjam novas necessidades.

Permitir a correlação de informações pelo próprio usuário contribui para sistemas mais dialógicos. Esta característica, portanto, deve ser apropriada pela administração pública na comunicação online com os cidadãos para garantir e incrementar práticas democráticas com uso da Internet.

Um exemplo interessante de experiência de integração de ambos os eixos da arquitetura informativa em um sítio de interesse público encontra-se no projeto TaggaTO,. Trata-se da classificação utilizada no site da Cidade de Turim (www.comune.torino.it/taggato/) que se utiliza tanto de taxonomia quanto de folksonomia como instrumentos complementares para a classificação da informação.²

A Figura 1 mostra uma imagem da página de apresentação do TaggaTO, serviço de *social bookmarking* das páginas e serviços da administração pública municipal daquela cidade.

² Taxonomias são sistemas de classificação top-down, criadas por pessoas especializadas, centralizadamente e de modo preciso. [...] De modo oposto, as folksonomias são sistemas de classificação bottom-up criados pelos próprios usuários mediante adição de palavras-chave. São sistemas distribuídos e pouco precisos, mas capazes de refletir melhor o ponto de vista dos usuários. [...] Taxonomia e folksonomia podem ser vistos como instrumentos complementares. Cada um deles pode ser usado em contextos e com objetivos específicos. (Carcillo; Rosati, 2007, tradução da autora).

Figura 1 - Projeto TaggaTO: classificação de conteúdo pelo usuário – Cidade de Turim

CITTA' DI TORINO

in TaggaTO

[i tuoi preferiti](#) [aggiungi un link a TaggaTO](#) [link popolari](#) [link più recenti](#) [registrazione](#) [aiuto](#)

Benvenuto su **TaggaTO**

TAGGATO IN DUE PAROLE...

TaggaTO è il **servizio di social bookmarking** proposto dalla Città di Torino e applicato ai servizi e alla pagine presenti sui siti dell'Amministrazione Comunale. In pratica, di cosa si tratta?

Gli utenti registrati sul portale dei servizi personalizzati **Torinofacile possono contrassegnare le pagine** ritenute utili e interessanti, soprattutto per una successiva ricerca personalizzata, con dei **"tag"**, cioè delle parole (una sola o più di una) che identificano secondo loro le pagine. Utilizzando, per questo, i termini che più ritengono appropriati, indipendentemente dal linguaggio usato dalla Pubblica Amministrazione per descriverle.

Questo **"dizionario personale"** può fornire non solo a se stessi ma anche ad altri utenti o semplici visitatori, la giusta traccia per ritrovare pagine e servizi grazie ai termini usati per contrassegnarle.

TaggaTO considera il linguaggio semplice e diretto utilizzato dagli utenti una risorsa da poter condividere ed utilizzare proficuamente.

Maggiore sarà la comunità di utilizzatori, maggiore sarà l'utilità del servizio: la redazione infatti potrà **integrare i termini più utilizzati anche nella tradizionale classificazione** dei servizi.

Non scoraggiarti se all'inizio le pagine ed i servizi contrassegnati sono pochi: sarà grazie alla tua interazione che il servizio potrà avere senso e provare che anche in ambiente di servizi pubblici, il **"social tagging"** può completare utilmente i servizi proposti e facilitare la reperibilità delle informazioni con l'uso di un linguaggio diretto.

Per salvare pagine in TaggaTO con un semplice click:
 clicca con il tasto destro del mouse sul pulsante "salva su TaggaTO" e scegli l'opzione "aggiungi a preferiti" (Internet Explorer) o "aggiungi link nei segnalibri" (Firefox).
 Inserisci il link tra i tuoi preferiti nella cartella "Collegamenti" e cliccalo ogni volta che vuoi salvare una pagina su TaggaTO.

USA TAGGATO

ACCEDI A TAGGATO
 per vedere le pagine salvate dagli altri utenti

IL TUO TAGGATO
 per aggiungere e modificare le tue pagine

Fonte: www.comune.torino.it/taggato/, acesso 13/7/2009

Explorando a busca por assunto no sítio da Cidade de Turim, encontramos para o argumento de pesquisa “*borsa de studio*”, por exemplo, vários resultados que nos levam a novas correlações, com acesso aos metadados das informações associadas (relevância, tamanho, data), como se vê na Figura 2 a seguir.

Sem nunca perder a possibilidade de navegar também através de categorias, pelas quais os resultados podem ser filtrados (no caso, “*Diritti e partecipazione*” foi a categoria selecionada), a busca fornece visualização no Google de lugares relacionados ao argumento de pesquisa, contemplando ainda informações textuais de endereço e de tipo de lugar.

Figura 2 – Resultado de busca com visualização de lugar correlacionado – Cidade de Turim

Documenti (19)

DOCUMENTI TROVATI IN DIRITTI E PARTECIPAZIONE

Pagina dei Risultati: | 1 | **2** | [Successiva](#)

FILTRA PER CATEGORIA

- Tutte
- Diritti e partecipazione**

Imp. Opuscolo Ritratti:Layout 1 8-092008
 con una **borsa** di dottorato. Con il romanzo La solitudine dei numeri primi, vince
www.comune.torino.it/stranieri-nomadi/archivio/ritratti.pdf
Rilevanza : 26% - **Dimensione** : 835.01 kb - **Data** : 04-11-2008
[Trova Correlazioni](#)

ALLEGATI Modello a) Domanda per il riconoscimento
 sezioni - 1ª sezione: dedicata ai titoli di **studio** - 2ª sezione: contenente... rimpatriati. 1
 6 1ª PARTE - TITOLI DI **STUDIO** A. TITOLI SCOLASTICI DENOMINAZIONE... Per i rifugiati
 indicare se sono in possesso dei titoli di **studio** originali... di **studio** 2ª Sezione -
 Esperienze professionale 3ª Sezione - Percorso del lavoratore
www.comune.torino.it/stranieri-nomadi/stranieri/progetti/allega...
Rilevanza : 25% - **Dimensione** : 103.00 kb - **Data** : 07-03-2006
[Trova Correlazioni](#)

Corso di formazione OPERATORE DI ASSISTENZA
 9-13 I partecipanti al corso riceveranno una **borsa di studio** di € 2,00/h ed
www.comune.torino.it/stranieri-nomadi/archivio/about_job.pdf
Rilevanza : 24% - **Dimensione** : 239.29 kb - **Data** : 13-11-2008
[Trova Correlazioni](#)

Informa Stranieri e Nomadi: archivio delle news
 ed i partecipanti riceveranno una **borsa di studio** di 2,00 all'ora al termine... del
 Master) Decreto Flussi: quote di conversione da **studio** a lavoro. Il 30 settembre... la
 conversione da **studio** a lavoro richiesta da cittadini e cittadine non comunitari... una
 giornata di **studio**, rivolta in particolare ai dirigenti e operatori
www.comune.torino.it/stranieri-nomadi/archivio.htm
Rilevanza : 21% - **Dimensione** : 177.26 kb - **Data** : 08-05-2009
[Trova Correlazioni](#)

A ssociazione rgentino I taliana P iemonte
 di borse di **studio** e/o sussidi erogati da Enti pubblici o privati. Art. 1 Numero
www.comune.torino.it/stranieri-nomadi/archivio/aaio_bando.pdf

CORRELAZIONI

LUOGHI

Centro Interculturale della Città di Torino
 culturale
 Corso Taranto 160

A. Centro Interculturale della Città di Torino
B. Divisione Servizi Culturali - Museiscuol@
C. Settore Istruzione
D. Museo Diffuso della Resistenza, della Deportazione, della Guerra, dei Diritti e della Libertà
E. piazza castello

Mostra tutti

PAROLE CHIAVE

- borse di studio
- borsa studio

Fonte: <http://search.comune.torino.it/>, acesso 17/7/2009

Do ponto de vista da informação geográfica, outro serviço interessante de criação e compartilhamento de mapas pelo usuário vem sendo testado em Turim. O serviço Web 2.0 oferecido permite a criação coletiva de mapas, numa tentativa de se chegar, segundo o sítio, a um resultado que permita a todos conhecerem melhor os vários ângulos da cidade (www.comune.torino.it/servizionline/mappaTo/). Uma visão deste sítio é apresentada na Figura 3 a seguir. Como se vê, as informações geográficas a serem visualizadas também estão categorizadas em Arte e Cultura, Esporte e Tempo Livre, Ambiente e Verde, etc.

Figura 3 – Serviço de Mapa Colaborativo – Cidade de Turim

CITTA' DI TORINO

mappe a cura della Città di Torino | mappe a cura degli utenti | *il mio mappato*

MappaTo.
I percorsi, gli itinerari, le mappe.
Di tutti.

Arte e cultura	Trasporti e viabilità	Sport e tempo libero
Turismo e Promozione	Ambiente e verde	Informazioni utili
Sanità e servizi sociali	Sicurezza ed emergenze	Ultimi progetti inseriti

Utenti online: 6

Per cominciare con MappaTo:

- [Che cos'è MappaTo e come si usa.](#)
- [Le mappe più viste e le più attive.](#)
- [Indice testuale delle mappe.](#)

Torino Web News - Esterne

Canale: Arte e cultura
Aggiornamento: 07/07/2009
Puoi scaricare la mappa per: Google Earth oppure TomTom
> [Dettagli della mappa](#)

Gli appuntamenti estivi

Canale: Sport e tempo libero
Aggiornamento: 30/06/2009
Puoi scaricare la mappa per: Google Earth oppure TomTom
> [Dettagli della mappa](#)

Elezioni 2009 - Circoscrizione 1

Canale: Informazioni utili
Aggiornamento: 23/06/2009
Puoi scaricare la mappa per: Google Earth oppure TomTom
> [Dettagli della mappa](#)

Fonte: www.comune.torino.it/servizionline/mappaTo/, acesso 13/7/2009

Tratando, agora, mapa como metáfora e usuário como turista, que com ele explora sítios da administração pública, Dario Corno (2007) parte da imagem por ele denominada “urbanística eletrônica” para propor o uso de uma série de unidades discretas de forte valor simbólico/sintático na montagem de sítios eletrônicos, favorecendo a sua movimentação, como nas cidades reais fazem os pontos de referência.

Ele defende que um texto leve, organizado segundo unidades autônomas, ainda que relacionadas, dá ensejo à satisfação de uma pluralidade de necessidades informativas e estimula a interação dos usuários com o sítio, mediante a mobilização de conhecimentos implícitos no processo de construção de seus próprios percursos textuais (Corno, 2007).

O autor propõe a incorporação de uma perspectiva dita “ingênua”, relacionada à *folk psychology*, ou “psicologia do senso comum”, que estuda substancialmente a representação mental espontânea e o papel dos conhecimentos expressos por estas representações na interação com o mundo (Corno, 2007). Assim, a atividade de projetar sítios de utilidade

pública seria como construir uma cartografia que deve considerar a representação mental espontânea dos usuários (Corno, 2007).

Embora, segundo ele, o projeto do sítio deva encarar o problema fundamental de se obter “completa e rapidamente” a informação de que se necessita, buscando simular um tipo de pergunta mais geral do usuário – Onde clico? Onde acho? –, não se trata tanto de prever os passos que este dará, mas de assegurar-se que a informação necessária esteja no sítio.

Neste sentido, o problema fundamental do planejamento textual da informação de um sítio de utilidade pública torna-se aquele dos conhecimentos que o sítio deve apresentar e do seu papel geral de responder às necessidades informativas do público. (Corno, 2007, tradução da autora)

Segundo a perspectiva adotada pelo autor, dar maior legibilidade e leveza ao texto pressupõe abrir possibilidade ao uso de conhecimentos implícitos “externos”, permitindo ao usuário rever sua informação e formular hipóteses novas quando sua crença se mostrar não verdadeira. Sendo assim o projeto do sítio do serviço público deve prever o aumento da cota de metarepresentações – representações que têm por objeto outras representações – pois é através dessas representações de segunda ordem que o usuário buscará explicações novas para interagir com o ambiente textual de referência (Corno, 2007).³

E, para ajudar o usuário na construção de referência significativa em torno a um tema específico, recomenda que a arquitetura do sítio preveja o encadeamento das informações segundo um modelo não top-down nem bottom-up, mas em rede – de conceito a conceito (Corno, 2007).

A não-utilização de um modelo fortemente linearizado e textualmente centrado no verbo deve dar espaço ao uso de outro modelo (em rede) que “desfruta melhor a potencialidade do meio eletrônico e permite ao usuário combinar, segundo as necessidades, o próprio ‘texto final’” (Corno, 2007, tradução da autora).

Desse modo, a construção da referência dar-se-á isolando-se uma série de ambientes textuais que podem trocar sinais entre si, mas que são em certos aspectos semanticamente autônomos, propiciando que o destinatário opere a escritura dos seus próprios percursos

³ Dario Corno (2007) cita, neste ponto, três hipóteses há tempos conhecidas da semiótica textual: Uma mensagem é mais imediatamente compreensível se é duplamente codificada – escrita e visual, por exemplo, de modo que um dos dois códigos funciona como intérprete do outro; uma mensagem é imediatamente compreensível quanto mais contém o próprio significado – uma imagem é mais compreensível do que o texto escrito; uma mensagem é mais compreensível quanto menor é a quantidade de informação necessária para veiculá-la.

textuais através da ligação das diversas unidades que, em conjunto, respondem às suas necessidades de pesquisa (Corno, 2007).

8. O DIÁLOGO ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADÃO

A Internet, infraestrutura fundamental e, ao mesmo tempo, fator central do novo espaço social (Monacci, 2008), constitui-se hoje em arena fundamental para a promoção de um diálogo frutífero entre administração pública e cidadão.

Aplicações da Web 2.0 (blogs, redes sociais e wikis) fornecem ambientes nos quais prevalecem a idéia de conhecimento como diálogo, troca e reelaboração compartilhada (Monacci, 2008). Constituem-se, portanto, instrumentos privilegiados para difusão e exercício da formas regulamentares de democracia direta (www.2i2p.ba.gov.br/notas-tecnicas/participacao-publica). Através da Rede é possível incrementar ou mesmo estabelecer novas arenas, e ajudar a alavancar a participação pública, particularmente com uso dessas aplicações, desde que contemos com a velocidade de rede necessária e suficiente.

A exploração desses ambientes e instrumentos de coleta e circulação horizontal de informações via web com vistas à ampliação da democracia é objeto de reflexão do projeto “Internet e Interatividade para a Participação Pública”, apelidado 2i2p (www.2i2p.ba.gov.br).

A organização da informação dos sítios governamentais é peça-chave não apenas para facilitar a aquisição das informações buscadas, mas também para a “criação” da informação, pelo favorecimento da construção de referências pelas quais o usuário dota de significado o objeto informativo, através dos percursos que escolhe. Ou seja, o sítio governamental, se capaz de promover a construção de percursos significativos pelos cidadãos, muitas vezes assinalados por outros que ali deixaram sua marca, favorecerá encontrar a informação de que necessita. E favorecerá – por que não? – o encontro afortunado de uma novidade capaz de estimulá-lo a conectar-se com (outras) comunidades de interesse.

A facilidade hoje dada ao usuário para aportar informações geográficas é um exemplo de como a tecnologia auxilia a disseminar o uso de dados que, antes do Google Earth, era quase exclusivo de especialistas. Sendo, em geral, funcionários de órgãos governamentais, os especialistas dedicavam-se (e dedicam-se) a coletar dados geográficos que, apenas em alguns

casos são comunicados via web, geralmente através de mapas previamente concebidos, fornecendo pouca ou nenhuma possibilidade de interagir com os dados geográficos (quando muito com a representação dos dados). Esse quadro só tende a permanecer, numa situação de carência de iniciativas abrangentes de disseminação desse tipo de informação, a que se propõem as Infra-Estruturas de Dados Espaciais⁴ através de seus portais.

Dando vez e voz aos (muitas vezes) amadores, taxonomias populares (ou etnoclassificação) são utilizadas para rotular recursos compartilhados na web, sejam textos, imagens, endereços, perfis. Prescindindo de esquemas pré-ordenados, palavras-chave são usadas em classificações (tags) espontâneas e colaborativas as quais, sem pretenderem ser completas, refletem, segundo vários autores, os modelos conceituais dos usuários (Maistrello, 2007). Em se tratando do espaço geográfico, geotags são utilizadas para fornecer a localização da informação, permitindo sua recuperação por meio de mapas (Goodchild, 2007).

Diferentes tags aportadas por distintos usuários aos mesmos recursos criam uma rede de conteúdo viva e multiplicam percursos mentais, estabelecendo novas conexões (Maistrello, 2007):

[...] o compartilhamento de uma mesma tag entre pessoas diversas pode levar à recuperação de recursos muito diversos entre si, ampliando os confins do patrimônio de conhecimento individual. As vastas interpretações possíveis para uma palavra e a flexibilidade de linguagem colocam em conexão textos, imagens, vídeos, áudios ou arquivos que uma classificação tradicional em árvore talvez não tivesse nunca relacionado. (Maistrello, 2007, tradução da autora)

O que dizer, então, da interconexão entre tags diferentes?

Já por via desse modo de classificar a informação, por essa via, certamente, novos percursos de leitura se abrem, colocando em contato idéias, ideais, pessoas, comunidades, de um modo não previsível.

Anteriormente o governo eletrônico já colocou a questão de como a escrita deveria ser elaborada e como se deveria dispor a informação no sítio para atender a requisitos de clareza, eficácia e facilidade de ser encontrada pelo usuário, de modo completo e rápido. Se essa demanda ajudou a incrementar pesquisas em usabilidade web, hoje a arquitetura da informação desafia a administração pública a utilizar-se de recursos da Web 2.0 para enfrentar demandas da e-democracia para prover, de modo útil, mecanismos para a informação, o

⁴ O termo designa o conjunto de tecnologias, políticas e desenhos institucionais que facilitam a disponibilidade e acesso a dados espaciais (EUA, 2002)

diálogo e a participação ativa dos cidadãos. É nessa direção que nosso esforço de pesquisa anseia por contribuir.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho resulta das primeiras atividades do grupo de pesquisa do projeto “Internet e Interatividade para a Participação Pública”, composto por colegas da PRODEB, parceiros da UFBA e futuros bolsistas CNPq. As reflexões aqui apresentadas estão consubstanciadas em dois workshops realizados até o mês de junho de 2009, em leituras e em resumos e notas técnicas postadas no blog através do qual se pode acompanhar a evolução do projeto – www.2i2p.ba.gov.br.

REFERÊNCIAS

- Carcillo, Franco; Rosati, Luca. Dalla classificazione per i cittadini a la classificazione dei cittadini. Il caso TaggaTO. In: VENIER, Federica (cura). **Rete Pubblica: Il dialogo tra Pubblica Amministrazione e cittadino: linguaggi e architettura dell’informazione**. Perugia, Guerra Edizioni, 2007. p. 113-123.
- Corno, Dario. I cittadini in rete. Una prospettiva “ingenua” sul dialogo tra amministratori e utenti. In: VENIER, Federica (cura). **Rete Pubblica: Il dialogo tra Pubblica Amministrazione e cittadino: linguaggi e architettura dell’informazione**. Perugia, Guerra Edizioni, 2007. p. 39-49.
- Crampton, Jeremy W. Interactivity Types in Geographic Visualization. In: **Cartography and Geographic Information Science**, v.29 p. 85-98, 2002.
- Debernardi, Luisa; Rosso, Elisa. **Governance e Sistemi Urbani**. Roma, Carocci editore, 2007.
- EUA. Circular N^o A-16. Revised, August 19, 2002.
- Fiorentino, Giuliana. Web usability e semplificazione linguistica nella scrittura amministrativa. In: Venier, Federica (cura). **Rete Pubblica: Il dialogo tra Pubblica Amministrazione e cittadino: linguaggi e architettura dell’informazione**. Perugia, Guerra Edizioni, 2007. p. 11-37.

Goodchild, Michael F. Citizens as sensors: the world of volunteered geography. **GeoJournal**, Netherlands, v. 69, n. 4, p. 211-221, Aug. 2007.

_____. Commentary: whither VGI? **GeoJournal**, Netherlands, v. 72, n. 3-4, p. 239-244, Aug. 2008.

Hudson-Smith, Andrew. **Digitally Distributed Urban Environments: The Prospects for Online Planning**. 2009. Thesis (Doctor of Philosophy) – Centre for Advanced Spatial Analysis, University College London.

Disponível em <http://www.casa.ucl.ac.uk/andy/thesis.pdf> . Acesso em 17 de julho de 2009.

Laurini, Robert. **Groupware and Public Participation for Urban Planning**. 2001.

Disponível em <http://lisi.insa-lyon.fr/~laurini/isup>. Acesso em 2004.

Maistrello, Sergio. **La parte abitata della Rete**. Milano, Tecniche Nuove, 2007.

Monaci, Sara. **La conoscenza on line: logichi e strumenti**. Le Bussole, 322. Roma, Carocci editore, 2008.

Rosati, Luca. Classificare per innovare. La classificazione come investimento e scoperta. In: Venier, Federica (cura). **Rete Pubblica: Il dialogo tra Pubblica Amministrazione e cittadino: linguaggi e architettura dell'informazione**. Perugia, Guerra Edizioni, 2007. p. 91-99.

Silva, Eduardo José Santiago da. **Governança e gerencialismo na proposta de reforma administrativa brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.

Silva, Marco. **O que é interatividade**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, mai/ago 1998.

Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/bts/242/boltec242d.htm>. Acesso em março de 2009.

Silva, Sivaldo Pereira da. **Papéis Democráticos e Dimensões Analíticas da Comunicação Política do Estado**: Um estudo de caso sobre o Portal da Presidência da República. XVIII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Belo Horizonte: PUC-MG, jun. 2009.

Disponível em: http://www.compos.org.br/data/trabalhos_arquivo_coBx71ptTiwD6.pdf.

Acesso em 6 de julho de 2009

Terraforum Consultores. **Governo 2.0**. Inclusão, participação e inovação como estratégia

Disponível em: www.terraforum.com.br/governo. Acesso em maio de 2009.